

PACHECO, Abilio. O Ensino de Literatura e a BNCC do Ensino Fundamental. In: BRITO, Áustria Rodrigues; SILVA, Luíza Helena Oliveira da; SOARES, Eliane Pereira Machado. *Divulgando Conhecimentos de Linguagem: pesquisas em língua e literatura no ensino fundamental*. Rio Branco: Nepan Editora, 2017. pp. 15-32.

O texto a seguir é o mesmo publicado no livro. Portanto, você pode usá-lo e fazer as referências como se estivesse com o livro em mãos. A numeração entre colchetes indica o início da página. Os (***) indicam notas de rodapé acrescentadas após a publicação original. Como o texto foi enviado para publicação em 15/10/2017, algumas informações demandam atualização. Todo o restante do conteúdo é o mesmo. Foram corrigidos apenas alguns pequenos problemas de digitação, bem como vírgulas acrescentadas ou retiradas. Este documento está no formato A5 para ser impresso em duas páginas por folha.

1

O Ensino de Literatura e a BNCC do Ensino Fundamental

Abilio Pacheco ¹

Considerações iniciais

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento controverso, cuja terceira versão, concluída três anos após a primeira, ainda será apreciada e votada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ². Ainda

¹ Doutorando no programa de pós-graduação Departamento de História e Teoria Literária – IEL-UNICAMP. Foi bolsista-estagiário na Universidade Livre de Berlin com bolsa do DAAD nos semestres de verão 2015 e inverno 2015-16. Professor na UFPA no Campus Universitário de Bragança. Autor do romance *Em Despropósito*, entre outros livros de criação literária. Escreve crônicas e outros textos sem regularidade em: www.abiliopacheco.com.br. Email: professor@abiliopacheco.com.br

² (***) A aprovação pelo CNE ocorreu no dia 15 de dezembro de 2017 e a homologação pelo governo no dia 20 de dezembro. A BNCC deverá ser implantada a partir de 2019. No site do Planalto, lemos que “a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vai tornar mais igualitária a educação básica brasileira. Com a Base, crianças de todas as escolas terão o direito de aprender conteúdos e desenvolver habilidades ao mesmo tempo, não importa se a escola é pública ou privada. O documento também procura reduzir disparidades encontradas entre os currículos dos estados e das regiões do País.” Continua ainda afirmando que “atualmente, os currículos e os projetos pedagógicos das escolas seguem os parâmetros curriculares nacionais. Quando a BNCC for implantada, o que deve ocorrer a partir de 2019, ela será o guia para o que acontece nas salas de aula de Norte a Sul do Brasil. Um total de 60% do conteúdo deverá se basear na BNCC. O restante será definido pelas redes e escolas.” [http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/12/entenda-o-que-muda-com-a-nova-base-nacional-comum-curricular]

assim julgamos relevante fazermos algumas considerações sobre a mesma, a fim de apresentar a professores, educadores e demais interessados. Para tanto, a primeira sessão deste texto coloca o leitor dentro do debate causado pela BNCC. A abordagem, mesmo que sumariamente, apresenta uma leitura ou síntese da Introdução e Estrutura do documento, a fim de podermos ingressar [16] no debate sobre o Ensino de Literatura no Ensino Fundamental, com ênfase nos Anos Finais.

É importante demarcar nosso entendimento de Literatura diferente daquele apresentado na BNCC de Língua Portuguesa. A literatura não é apenas um objeto de contemplação e de prazer estético, mas também uma forma de conhecimento do homem, da história e do mundo. Ela é também uma forma de ler o mundo. Em larga medida, o texto literário é também um testemunho³ de seu tempo. É importante, então, pensar a produção literária em sua relação com outras disciplinas ou áreas do saber.

Em virtude desse potencial interdisciplinar da literatura e também por causa de nosso próprio recorte de pesquisa e abordagem metodológica que procederemos, neste texto, a leitura e análise da BNCC de História. Nossa leitura não se pretende profunda muito menos sintética, mas focal. Tanto pelo fato de nós não sermos historiadores quanto por termos um objetivo muito específico: ler na BNCC de História possibilidades de uso do texto literário como fonte e documento para a História.

A leitura das BNCC's de Língua Portuguesa e História no que se refere ao Ensino de Literatura no Ensino Fundamental mostra déficits no conteúdo, divórcio entre as disciplinas, desníveis e defasagens epistemológicas entre as áreas de conhecimento. A ausência de proposta de diálogo interdisciplinar é agravada pela diferença significativa de conteúdos demandados numa e na outra disciplina.

³ A noção de testemunho a que me refiro neste texto é derivado de um amplo debate. As ideias básicas podem ser encontradas em:

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. Lua Nova: revista de cultura e política. Nº 62, São Paulo, 2004. p.45-68.

SELIGMANN-SILVA, Márcio, "Literatura e trauma: um novo paradigma". In: _____. *O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. 63-80.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura*. Campinas: Unicamp, 2003. E também em minha tese de doutorado a ser apresentada ao IEL da UNICAMP em 2018.

[17] 1. Base Nacional Curricular Comum

A BNCC, por si, seja por sua importância, seja por conta das mais variadas polêmicas em torno de questões envolvendo sexualidade e religiosidade, para citarmos apenas duas controvérsias, merece um estudo mais abrangente que escapa a este texto. Para o leitor que se sentir motivado a se aprofundar mais a respeito, indicamos algumas fontes complementares após as referências deste trabalho.

A BNCC vem sendo formulada e reformulada desde 2015 e, antes da versão atual, teve outras duas. As mudanças ocorridas entre as versões não são apenas decorrentes das próprias demandas urgentes da sociedade mas também da mudança do cenário político. A reimplantação acelerada, (simbolicamente) violenta e arbitrária de um regime neo-liberal, que procura atender as demandas de setores privados e empresariais que veem a educação como mercadoria; bem como a feição reacionária da sociedade brasileira que se sente motivada pelo espectro geral do governo que tem como presidente Michel Temer são dois dos mais variados aspectos que não podem deixar de ser considerados ao pensarmos a educação brasileira e o texto da BNCC. Não sejamos ingênuos, entretanto, de concluirmos apressadamente que o fato de a BNCC ter começado a ser formulada durante um governo democrático e popular e por ainda estar para ser votada no Conselho Nacional de Educação (CNE), signifique que ela não venha sofrendo desde o início de violenta intervenção gerencialista. Como afirma o professor Dr. Luiz Carlos Freitas, ainda sob o governo Dilma, a BNCC “foi entregue a reformadores empresariais que dominavam a Secretaria de Educação Básica do MEC”, embora estes tivessem um “trânsito limitado”. Freitas acrescenta ainda que

o golpe de 2016 e a entrega do MEC à coligação liberal-conservadora representada pelo DEM-PSDB, escancarou-se a utilização das teses da reforma empresarial da educação em sua forma mais radical. Aos poucos, a versão inicial da BNCC foi sendo moldada às teses dos novos ocupantes do MEC até chegar a esta terceira versão. (2017 - online)

[18] Como dissemos, a BNCC ainda será votada pelo CNE (provavelmente em Novembro de 2017). O CNE deverá levar em conta as 5 audiências públicas realizadas em: Manaus (07 de julho), Recife (28 de julho), Florianópolis (11 de agosto), São Paulo (25 de agosto) e Brasília (11 de setembro) (todas disponíveis no canal do MEC no Youtube). Segundo o CNE, as audiências tiveram como finalidade ouvir a sociedade e visava obter subsídios para a elaboração de um parecer e de um projeto de resolução a ser encaminhado para o MEC para homologação. O CNE considera relevante “a

participação da sociedade no debate do documento” (<http://cnebncc.mec.gov.br/>), por isso teria promovido as audiências públicas. Essa área de democracia e de participação popular pode ser questionada em falas como a do presidente do CNE, Eduardo Deschamps. Durante a 3ª audiência pública, realizada em Florianópolis (SC), no dia 11 de agosto, ele afirmou que todas as manifestações seriam consideradas “sem julgamentos de valores ou posicionamentos”. Se o respeito aos direitos humanos é um dos critérios de avaliação da Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como pode o educador e o responsável por políticas educacionais não “filtrar” demandas sociais racistas, fascistas e misóginas, por exemplo?

As audiências ocorreram num clima político tenso e com manifestações contrárias a implementação da BNCC. Do lado de fora do prédio da Federação da Indústria do Estado - FIESC), onde ocorreu a audiência pública em Florianópolis, por exemplo, manifestantes, professores e funcionários de escola de 42 núcleos do Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Estado Rio Grande do Sul (CPERS), denunciavam o governo Temer e reclamavam da ausência de professores na audiência, cujas “inscrições abriram e fecharam rapidamente para evitar a presença dos educadores”, conforme afirmou Glaci Weber.

Após assentarmos estas questões, vejamos como o texto da versão atual da BNCC se apresenta. No primeiro parágrafo, lemos que ela

[19]

é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar [...] e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BNCC, p. 7)⁴

⁴ (***) O texto aprovado em 15/12/17 é um pouco diferente deste. Na redação final, temos: “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, [...] e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamento nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)”.

Por se tratar de um documento com força de lei, os tópicos seguintes da BNCC vão apresentar os marcos legais, o pacto interfederativo e sua inter-relação com os currículos. A introdução apresenta ainda seus “fundamentos pedagógicos” baseados no “desenvolvimento de competências” e com o “compromisso com a educação integral”. Ao final da introdução⁵, são apresentadas dez competências gerais adotadas pela BNCC “que se inter-relacionam e perpassam todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica, sobrepondo-se e interligando-se na construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (BNCC, p. 16). Vale destacar um aspecto importante citado em vários momentos sobre a BNCC, mas ausente no documento atual: de que a BNCC definirá “cerca de 60% dos componentes curriculares que deverão ser ensinados em todo país. Os outros 40% as redes municipais e estaduais deverão adequar às especificidades de cada região” (em texto assinado pela Assessoria de Comunicação Social do MEC em 02 de dezembro de 2015) [<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/>]. A mesma informação também está presente em outros sites oficiais ou não sobre o tema. Em vez disso, no primeiro parágrafo da apresentação da BNCC, lemos que esta versão contempla “a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, **pactuada** com os Estados, o Distrito [20] Federal e os Municípios” (BNCC, p. 5 – grifo nosso)⁶. Na sessão sobre a BNCC e os currículos, consta uma observação relevante neste sentido:

cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. [...] Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades de todos⁷ os componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas possibilidades e especificidades, tratá-la de forma contextualizada. (BNCC, p. 13-14)

⁵ (***) Na versão final, as competências gerais estão publicadas logo após a primeira parte da introdução; na página 09. Na versão que utilizamos para o artigo (a terceira versão), as competências gerais são listadas na página 18.

⁶ A versão final da BNCC também não apresenta essa informação e os sites governamentais continuam divulgando (veja a nota 2 deste arquivo). Este parágrafo que aqui citamos, constava na Apresentação da 3ª Versão da BNCC (sem assinatura), mas não mais na da versão final, apresentação assinada pelo Ministro da Educação.

⁷ (***) Na versão final, em vez de “em habilidades de todos os componentes” lê-se apenas “em habilidades dos componentes”. A palavra “todos” é suprimida.

São citados entre os temas: direitos das crianças e adolescentes; educação para o trânsito; preservação do meio ambiente; educação alimentar e nutricional; processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação em direitos humanos; bem como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural. Todos esses tópicos são pontuados por leis a que se referem. Os “temas contemporâneos” que os sistemas e as redes de ensino podem incorporar são de alguma forma limitados e delimitados, posto que – pontuados por leis que os regem – parece que pouco ou nada é possível acrescentar para além dos temas indicados. Além disso, lemos na citação transcrita anteriormente, que as temáticas indicadas já integram a BNCC, nas “habilidades de todos os componentes curriculares”. Cabendo aos sistemas de ensino e as escolas contextualizá-las. A incorporação de temas aos currículos é refreada e a flexibilidade apresentada limita a autonomia sugerida. Ao educador cabe invitar esforços mirabolantes para inclusão de quaisquer outros temas não indicados. Para podermos pensar neste malabarismo, vejamos como se organiza a BNCC.

A BNCC é constituída por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O documento atual não apresenta o Ensino Médio. O Ensino Fundamental é subdividido [21] em “anos iniciais” e “anos finais” e é organizado em quatro “áreas de conhecimento” com seus respectivos “componentes curriculares” (indicados aqui entre parênteses): Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa – apenas para os anos finais); Matemática (Matemática); Ciências da Natureza (Ciências) e Ciências Humanas (Geografia e História) (BNCC, p. 25) ⁸. Cada área de conhecimento apresenta “competências específicas da área”, “componentes curriculares” e para as áreas de Linguagens e Ciências Humanas temos ainda “competências específicas de componente”, as quais possibilitariam articulação horizontal (entre áreas) e vertical (progressão entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental).

Segundo a BNCC,

para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de **habilidades**. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes **objetos de conhecimento** – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em **unidades temáticas** (BNCC, p. 26 - grifos no original)

⁸ (***) Na versão final, foi acrescentado Ensino Religioso como “área de conhecimento” e seu respectivo “componente curricular” com o mesmo nome.

Nas sessões seguintes, faremos uma abordagem geral das duas disciplinas (ou: “componentes curriculares”) a fim de observarmos como o Ensino de Literatura integra tais componentes e também o quanto há de lacuna ou omissão. Omissão que se inscreve desde a ideia de interdisciplinaridade. Em todo o texto da BNCC, o termo “interdisciplinar” só aparece duas vezes⁹ e sua ideia é sugerida mais uma vez ao falar de “articulação horizontal”.

BNCC de Língua Portuguesa¹⁰

O objetivo norteador para Língua Portuguesa “é garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania” (BNCC, p. 63). A BNCC destaca as dimensões oral e escrita da língua e o texto como centro das “práticas de linguagem” em sua “multimodalidade de linguagens” – “uma variedade de composição de textos que articulam [22] o verbal, o visual, o gestual, o sonoro” (BNCC, p. 63). A BNCC de Língua Portuguesa está organizada em cinco “eixos organizadores”: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e gramaticais e o eixo Educação Literária.

Interessa-nos para este texto o eixo Educação Literária. A BNCC organiza este eixo a partir das seguintes “unidades temáticas”: “Categorias do discurso literário”; “Reconstrução do sentido do texto literário”; “Experiências estéticas”; “O texto literário no contexto sociocultural”; “Interesse pela leitura literária”.

Vejamos o que a BNCC esclarece sobre o Eixo “Educação Literária”:

o eixo Educação literária tem estreita relação com o eixo Leitura, mas se diferencia deste por seus objetivos: se, no eixo Leitura, predominam o desenvolvimento e a aprendizagem de habilidades de compreensão e interpretação de textos, no eixo Educação literária predomina **a formação para conhecer e apreciar textos literários orais e escritos, de autores de língua portuguesa e de traduções de autores de clássicos da literatura internacional. Não se trata, pois, no eixo**

⁹ (***) Na versão final, três.

¹⁰ (***) As comparações entre a terceira versão da BNCC (utilizada para este artigo) e a versão final aprovada pelo CNE encerram-se aqui. A leitura com tantas notas pode ser bastante enfadonha. Além disso, creio que a comparação entre os dois documentos pode ser assunto para um outro artigo.

Educação literária, **de ensinar literatura**, mas de promover o contato com a literatura para a formação do leitor literário, capaz de apreender e apreciar o que há de singular em um texto cuja intencionalidade não é imediatamente prática, mas artística. O leitor descobre, assim, a literatura como possibilidade de fruição estética, alternativa de leitura prazerosa. Além disso, se a leitura literária possibilita a vivência de mundos ficcionais, possibilita também ampliação da visão de mundo, pela experiência vicária com outras épocas, outros espaços, outras culturas, outros modos de vida, outros seres humanos.

Nesse eixo, e também no eixo Leitura, a escolha dos textos para leitura pelos alunos deve ser criteriosa, para não expô-los a mensagens impróprias ao seu entendimento, consoante determinam os Artigos 78 [23] e 79 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

(BNCC, p. 65)

Está bem claro que a BNCC pressupõe a formação de um leitor que vá adquirir um repertório literário nacional e internacional mínimo, que entenda a literatura prioritariamente em sua fruição estética, “leitura prazerosa”, que consiga ampliar sua visão de mundo pela experiência completamente alienada (“**outras épocas, outros espaços, outras culturas, outros modos de vida, outros seres humanos**”) e que esteja protegido de temáticas e mensagens impróprias nos termos do ECA.

Como lemos na citação, o eixo Educação literária não pretende “ensinar literatura” aos alunos-leitores, mas o texto da BNCC não esclarece o que venha ser isso. Imediatamente poderíamos entender que não se trata de ensinar produção ou criação literária. Entretanto, a unidade temática “experiências estéticas”, com o “objeto de conhecimento: processos de criação”, apresenta como habilidade a ser desenvolvida em todos os nove anos, exatamente a criação literária. Tomemos como exemplo o que está descrito nas habilidades esperadas pelos alunos do 5º ano:

(EF04LP40¹¹) Criar narrativas ficcionais, desenvolvendo enredos, personagens e cenários, utilizando técnicas diversas

¹¹ Esses códigos são explicados na Estrutura da BNCC. Aqui preferimos que o leitor vá diretamente ao texto fonte a fim de compreender mais este imbróglgio criado para as cabecinhas dos professores.

como a linguagem descritiva, narrativas em primeira e terceira pessoas e diálogos.

(EF04LP41) Criar textos em versos, utilizando imagens poéticas (sentidos figurados) e, no plano sonoro, rima, melodia, ritmo.

(BNCC, p. 103)

Outro ponto que desejamos chamar a atenção é que a BNCC direciona o entendimento do texto literário sempre para o conhecimento do “outro”. Na Unidade Temática “O texto literário no [24] contexto sociocultural”, “objeto de conhecimento: Dimensão social e estética do texto literário”, são apresentadas as seguintes habilidades a serem desenvolvidas por alunos do 5º ao 9º ano:

(EF69LP14) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo em textos literários.

(EF69LP15) Reconhecer, em textos literários, formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas, considerando o momento e o local de sua produção e autoria. (BNCC, p. 125)

Duas coisas podem ser pontuadas aqui nas quais divergimos da BNCC. A primeira é que o texto literário também serve para compreensão da própria realidade, ou seja, da própria época, do próprio espaço social, da própria cultura, dos próprios modos de vida... Um outro problema reside no fato de cultura e sociedade brasileiras serem resultados de processos culturais violentos que resultaram em um povo multi-étnico e miscigenado. Logo, a própria ideia de “outro” e de “próprio” não encontra um terreno sólido em que se sustentar. A BNCC deveria em nosso entendimento levar em conta essas considerações. O texto literário deve ser encarado como portador de valores sociais, culturais e humanos para a compreensão da diversidade étnica e cultural brasileira.

Cabe ao educador procurar abrir espaços fechados pela BNCC. Nela o ensino de literatura é voltado prioritariamente para a fruição estética e, mesmo quando sugere a dimensão social, sempre aponta para a compreensão do outro. A literatura precisa ser compreendida como forma de conhecimento sobre o mundo, não apenas fruição estética mas também como forma de saber. O texto literário também pode ser lido como um repositório de informações históricas, sociais, políticas e econômicas. Não apenas de *outros* tempos e *outros* lugares mas principalmente do tempo presente. O texto literário pode ser lido pelos alunos em sua articulação com a História. É exatamente neste ponto, ou nesta lacuna, que pretendemos nos deter neste texto.

[25] A fim de melhor compreender esta lacuna vejamos, a BNCC de História.

BNCC de História

Devido nossa formação específica não ser na área de História, aqui pretendemos apresentar os aspectos gerais do ensino da disciplina, direcionando nossa atenção (e sua, como leitor) para os conteúdos que se relacionam de algum modo com o aprendizado literário (que a BNCC delimita como Educação Literária).

Na introdução sobre o ensino de História, lemos:

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico. (347)

10

Neste parágrafo, chamamos atenção para a referência para “os marcos de memória” e para “as diversas formas de narrativas”. Sabemos que a narrativa não é um gênero textual exclusivo da literatura, mas ele é eminentemente literário e, mesmo quando produzido sem intenções estéticas ou mesmo literárias não-estéticas, um texto narrativo utiliza técnicas e procedimentos próprios da narrativa literária. Mesmo fazendo esta consideração, é importante destacar que a narrativa literária (não só romances e contos, mas também as narrativas orais), bem como a literatura de um modo geral, mesmo não tendo sido incorporada de modo pacífico entre os pesquisadores de História (como afirma Sena Junior, s/d) e mesmo não havendo entre os historiadores um consenso absoluto, ela hoje é considerada uma das formas de compreensão da História. Segundo Sandra Pesavento, é preciso entender a literatura [26] como “um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas”. Ela afirma ainda que “literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam” (PESAVENTO, 2006).

A BNCC de História indica ainda que o pensamento é estimulado pelos “processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação

e análise de um objeto” (BNCC, p. 348) ¹². Cada um desses processos é explicado nos parágrafos seguintes da BNCC. Interessá-nos o desenvolvimento do “processo de interpretação de um objeto”:

O exercício da interpretação – de um texto, de um objeto, de uma obra literária, artística ou de um mito – é fundamental na formação do pensamento crítico. Exige observação e conhecimento da estrutura do objeto e das suas relações com modelos e formas (semelhantes ou diferentes) inseridas no tempo e no espaço. Interpretações variadas sobre um mesmo objeto tornam mais clara, explícita, a relação sujeito/objeto e, ao mesmo tempo, estimulam a identificação das hipóteses levantadas e dos argumentos selecionados para a comprovação das diferentes proposições (BNCC, p. 349).

Em outras palavras, e direcionando para os objetivos deste texto, o exercício de interpretação de uma obra literária demanda [27] conhecimento básico de análise literária (“conhecimento da estrutura do objeto”), compreensão de gêneros literários e intertextualidade (“das suas relações com modelos e formas – semelhantes e diferentes”), de contextualidade (“inseridas no tempo e no espaço”) e de diversidade de recepções (“interpretações variadas”). O que se espera do aluno na BNCC de História para a interpretação de uma obra literária é muito mais do que é oferecido ao mesmo aluno na BNCC de Língua Portuguesa, no eixo Educação Literária (ou mesmo no eixo Leitura).

A BNCC de História indica ainda que “o processo de ensino e aprendizagem da História no Ensino Fundamental – Anos Finais está pautado por três **procedimentos básicos**” (grifo no original) transcritos a seguir:

1. Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.

¹² O texto desta versão oferece alguma confusão na leitura e interpretação da mesma ao não delimitar com clareza alguns dos muitos conceitos empregados e quando tentamos capturar isto no decorrer do texto não nos deparamos com uma explicação segura. No capítulo em que a estrutura da BNCC é explicada, lemos que “objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos” (p. 26). Esta afirmação causa um ruído ao lermos: “processos de análise de um objeto” (p. 348), principalmente pelo fato de “processos” nesta citação estar destacado em azul. Como a BNCC ainda passará pelo CNE, esperamos que problemas como este possam ser solucionados, por exemplo, com a incorporação de um Glossário. Nós, aqui, iremos proceder a leitura desconsiderando, o ruído causado pelo que lemos na estrutura da BNCC.

2. Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens.

3. Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para elaboração de proposições próprias (BNCC, p. 367).

Cada um desses procedimentos é explicado na BNCC. Aqui, interessa-nos ler o que a BNCC afirma sobre o segundo. Lemos, então, que este “procedimento diz respeito à escolha de fontes e documentos”. O texto introdutório do BNCC de História afirma [28] que “um objeto só se torna documento quando **apropriado por um narrador** que a ele confere sentido, tornando-o capaz de expressar a dinâmica da vida das sociedades” (BNCC, p. 347 – grifo nosso) e ainda que

A busca de autonomia também exige reconhecimento das **bases da epistemologia da História**, a saber: a **natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento**, o conceito de **tempo histórico** em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de **documento** como suporte das relações sociais, as várias **linguagens** por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula. (BNCC, p. 350, grifos no original)

O texto introdutório da base indica, pelo menos nestes dois fragmentos, a estreita relação com a Literatura, seja pelo flanco da narrativa, seja pela referência “as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo”. É na explicação do procedimento relativo “à escolha de fontes e documentos” que notamos um completo descompasso com a Introdução, bem como a total omissão do texto literário como forma de conhecimento da história, como forma de interpretação da história, como fonte e – em alguma medida – como documento (nós preferimos a noção de testemunho em vez de documento).

Embora longa, preferimos transcrever a explicação integralmente aqui:

O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o

historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por [29] exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu.

Os procedimentos básicos para o trato com a documentação envolvem: identificação das propriedades do objeto (peso, textura, sabor, cheiro etc.); compreensão dos sentidos que a sociedade atribuiu ao objeto e seus usos (máquina que produz mercadorias, objeto de arte, conhecimento etc.); e utilização e transformações de significado a que o objeto foi exposto ao longo do tempo. Esse exercício permite que os estudantes desenvolvam a capacidade de identificar, interpretar, analisar, criticar e compreender as formas de registro. (BNCC, p. 369)

Considerações Finais

Ainda assim a BNCC de História contempla uma inter-relação maior com o texto literário e exige do aluno um conhecimento muito maior de literatura (e não apenas de Educação Literária) que a BNCC de Língua Portuguesa. A BNCC de História, portanto, apresenta uma abertura e uma possibilidade de diálogo interdisciplinar com a literatura bem maior que a BNCC de Língua Portuguesa (especificamente no eixo Educação Literária, ou mesmo se ampliarmos para o eixo Leitura) com a BNCC de História.

Poderíamos afirmar ainda que, ao ler a BNCC de História, o professor percebe o quanto o ensino de Literatura na BNCC de Língua Portuguesa é paupérrimo. Enquanto no aprendizado literário na BNCC de Língua Portuguesa, os alunos estão *fruindo* o texto e conhecendo o “outro”, o estudante dos anos finais de História está estudando aspectos da cultura Grega e Romana (6º ano), O Renascimento, a reforma religiosa e a expansão marítima (7º ano), Iluminismo, Revolução Francesa, a independência do Brasil e “A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o romantismo no Brasil” (8º ano), Abolição da escravatura, questão indígena até 1964, questões de gênero e protagonismo feminino, [30] Totalitarismos e conflitos mundiais, Ditadura civil-militar e outras questões de “história recente” (9º ano). Conteúdos que impregnam os textos literários, os quais poderiam e deveriam ser dispostos para leitura dos alunos. Especialmente dos dois últimos anos do Ensino Fundamental.

Como já afirmamos, em todo o texto da BNCC, a ideia de interdisciplinaridade só aparece explícita três vezes (duas vezes aparece o termo “interdisciplinar” e uma vez “articulação horizontal” – que seria entre áreas). Não se trata, entretanto, apenas de um divórcio entre as disciplinas. Há,

entre o ensino de História e o ensino do texto literário, um desnível monumental de natureza epistemológica. No componente curricular História, entende-se o exercício de interpretação de um texto literário como “fundamental na formação do pensamento crítico” e que o aluno tenha conhecimento sobre as relações estabelecidas “com modelos e formas (semelhantes ou diferentes) inseridas no tempo e no espaço” (BNCC, p. 349). Enquanto isso, o aluno no eixo Educação Literária do componente curricular Língua Portuguesa está passando ao largo da capacidade de tais relações, bem como do pensamento crítico.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. BNCC: uma base para o gerencialismo-populista. Blog Avaliação Educacional. Publicado em 07/04/2017. [<https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/>]

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história.** In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n.6, 2006. [<https://nuevomundo.revues.org/1560>]

[31]

SENA JUNIOR, Gilberto Ferreira. Realidade versus Ficção: a literatura como fonte para a escrita da história. IN: [<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>]

Referências complementares sobre a BNCC:

[Outras referências relevantes sobre a BNCC não citadas neste trabalho mas que servem de leitura complementar para professores, educadores, pesquisadores e demais interessados:]

1) O MEC disponibilizou também um guia de Leitura sobre a BNCC. Na verdade, parece mais um texto-síntese que realmente um guia.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Leitura da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_Guia_de_leitura.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

2) Estão disponíveis na internet os pareceres emitidos no início de 2017 escritos por professores pesquisadores especialistas em suas áreas:

Pareceres sobre a BNCC podem ser acessados: [<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>]

Vale a pena ler os pareceres a BNCC de Língua Portuguesa e História como complementos a este artigo. Chamo a atenção ainda para o fato dos pareceres de Língua Portuguesa apontarem inclusive problemas de escrita no texto da BNCC de LP.

3) A Revista Nova Escola publicou várias matérias sobre a BNCC. Para um início de compreensão, cremos que este “perguntas e respostas” seja bastante útil.

SEMIS, Laís & GUIMARÃES, Camila. 32 respostas sobre a Base Nacional Comum Curricular. In: [<https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>]

4) O MEC realizou 5 audiências públicas, conforme indicamos no texto. No canal do ministério, estão disponíveis todas elas: <https://www.youtube.com/user/ministeriodaeducacao>.

5) A ANPUH – Associação Nacional de História – tem se dedicado atenta e criteriosamente à apreciação da BNCC de História. Confira em: <https://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia>.

6) Em Língua Portuguesa e Literatura temos Associações importantes mas nenhuma delas tem em seus sites um espaço específico para o debate sobre a BNCC de Língua Portuguesa.